

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO
BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SANSONE, Lívio. Lívio Sansone (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 51min).

Lívio Sansone
(depoimento, 2016)

Rio de Janeiro

2017

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Celso Castro;

Técnico de gravação: Isabella Jannotti;

Local: Salvador - BA - Brasil;

Data: 19/05/2016 a 19/05/2016

Duração: 1h 51min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: África; Cândido Mendes de Almeida; Carreira acadêmica; Congressos e conferências; Discriminação racial; Identidade; Inglaterra; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj); Sociologia; Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

Sumário

Entrevista: 19.05.2016

Origens; a família e infância na Itália; o envolvimento com Lotta Continua e prisão política; o falecimento da mãe e a ida para Londres; trabalho de metalúrgico e curso de sociologia na Itália; monografia sobre punks e rastafáris; mudança para a Holanda; pesquisa sobre os surinameses na Holanda; breve passagem por Barcelona; os trabalhos realizados na Holanda; reconhecimento do trabalho pelos surinameses; mudança para o Brasil; interesse pelo mundo afro-latino; a amizade com Carlos Hasenbalg; o racismo através da obra de Gilberto Freyre; a vinda para o Brasil para um ciclo de conferências; amizade com Octavio Ianni; chegada ao Brasil; mudança para Salvador; apoio da Fundação Ford à sua pesquisa; primeiros anos em Salvador; vivência na favela; a pesquisa sobre relações raciais; o conceito de identidade étnica e as relações étnicas no Brasil; as dificuldades de ser um estrangeiro em Salvador; cultura intelectual e popular em Salvador; possibilidades de trânsito nacional e internacional através das instituições; ida ao Rio de Janeiro, trabalho na Cândido Mendes; o período na IUPERJ; a experiência como professor visitante na UERJ; atividades desenvolvidas na Cândido Mendes; mulher e filhos; retorno a Salvador; a saída definitiva da Cândido Mendes; o projeto “Fábrica de ideias”; ações afirmativas nas universidades brasileiras; carreira como professor universitário; retorno a Salvador como professor adjunto; captação de recursos para pesquisas; atual esposa; o não-reconhecimento dos pesquisadores italianos; trabalhos atuais; pesquisa sobre Cesare Lombroso; projetos futuros; programas de preservação do patrimônio com museu digital; presença de africanos em Salvador; Pesquisas na África; biografia de Eduardo Mondlane; projetos atuais e suas formas de financiamento; preservação digital da memória da antropologia brasileira.

Entrevista: 19.05.2016¹

C.C. – Bom, Lívio, em primeiro lugar, muito obrigado por ter aceito o convite para participar desse projeto e vamos começar falando da tua juventude, infância, onde é que você nasceu, quando, como era a sua família antes ainda de ir para a faculdade, para ter uma visão...

L.S. – Obrigado pelo convite. Sinto-me lisonjeado e logo bombardeado a velho sênior. É um presente de grego um pouquinho, mas é interessante. Eu nasci há quase sessenta anos atrás em Palermo, na Sicília. Uma família siciliana de intelectuais, pequena classe média. Meu pai Agostino começou a estudar engenharia, mas não acabou. Trabalhou na produção de documentários de cunho etnográfico e depois de filme de qualidade primeiro na Sicília e depois em Roma. Minha mãe Rosa foi assistente social e estudou direito. Nunca advogou. Meu tio Alfonso, recém falecido, foi uma pessoa bastante conhecida no mundo do cinema de Roma. Criaram um círculo, junto com outros jovens, alguns dos quais famosos, do cinema em Palermo. Minha mãe, pelo contrário, era apaixonada pelas marionetes sicilianas e tentou (no momento que começou a aparecer a televisão tradições como os contos populares e o teatro de rua entraram em crise) recuperar e animar o mundo dos títeres, traduzindo para o siciliano umas peças de títeres que compôs Garcia Lorca. Então, fora de lugar. Mas essa preocupação para com o antigo, que, para o outro lado da minha família, que eu amo igualmente, era considerado de velho, tinha a ver com uma sensibilidade, que vem em parte pela formação comunista do meu pai e cripto-comunista, cato-comunista da minha mãe. Me mudei para Roma pequenininho. Tinha dois anos e minha família se mudou para Roma. O meu pai começou uma empresa de aluguel de máquinas filmadoras.

C.C. – Em que ano você nasceu?

L.S. – 56. Cinco de outubro de 56.

C.C. – E a mudança para Roma foi...?

L.S. – Eu tinha dois anos.

C.C. – Mas qual era o motivo.

L.S. – Meu pai e mãe foram trabalhar. Meu pai na indústria do cinema de Roma, na produção de filmes. Já tinha tido uma pequena produtora de documentários em Palermo. Fizeram documentários etnográficos, tinha máquinas ainda deixadas pelos alemães. E com esse pequeno equipamento e alguma grana de família foram para Roma continuar com esse serviço de alugar máquina e produzir filmes – alguns dos quais chegaram a fazer sucesso como *Abelha Rainha* com Ugo Tognazzi e a direção de Marco Ferreri. Fizeram alguns filmes importantes. Um filme interessante foi do diretor Carlo Lizzani, recém-falecido, *L'oro di Roma*, a história do levante judeu em Roma durante a ocupação nazista. É uma história muito complicada, porque na verdade não houve levante nenhum, mas o partido comunista italiano mandou fazer o filme sobre o levante. De fato os Judeus se entregaram. Nós temos um

¹ A versão transcrita disponibilizada foi revista pelo entrevistado.

sobrenome judaico, Sansone, mas não somos. Nos vendemos muito rapidamente. Como muitos outros judeus sicilianos, nos convertemos e reconvertemos depois. Então, era uma família que trabalhava com memórias. Estou agora preparando o meu memorial e fiquei pensando o que significa, como infância, ter crescido em um ambiente não somente felliniano, mas do lado de Fellini. O irmão de Fellini, Ricardo, frequentava nossa casa, nos animava quando criança com um aspirador de poeira fazendo serpente. Minha vida, minha juventude foi felliana *ipsis literis*. Cresci e cheguei a passar carnavais em Cinecittà, onde minha mãe conseguia pegar alugado, quase grátis, roupas. Organizava costumes maravilhosos de antigos romanos, de *Lawrence of Arabia* até de oficial da SS - eu não sei porquê. eu pequeno podia ter escolhido coisa um pouco menos politicamente incorreto. Tinha todo tipo de roupa mesmo e talvez de algum oficial da SS anão minha mãe conseguiu um uniforme para mim que tinha uns 9 anos [risos]. Depois eu comecei a frequentar uma escola pública. Na Itália, graças à Deus, a escola era e é, para todos, pública.

C.C. – Você tinha irmãos?

L.S. – Sim, um irmão e uma irmã. Um irmão que vive na Itália, e uma irmã que vive em Londres. Ela faz trabalho típico de italiano, restaurar móveis para inglês de sangue azul. Eles adoram italianos... Ela mora em Londres há quase vinte anos. Como adolescente me meti muito rapidamente no movimento estudantil. Frequentei a escola Montessori, a própria criada pela Maria Montessori, que era uma escola pública fenomenal. As pessoas tinham sido treinadas diretamente pela Maria Montessori. Uma escola completamente pública. Mas aí, claramente, primeira noção de história, história social e essas ideias. Minha mãe me dizia sempre que Jesus era o primeiro o socialista. Chegando aos quinze e dezesseis anos, era uma época de grande sensibilidade política na juventude secundarista, eu me envolvi em política muita rapidamente, extrema esquerda. A organização se chamava Luta Continua - muito associada a Otelo de Carvalho em Portugal, aos Spontis na Alemanha e a *Libération* na França, quando era uma organização, não somente um jornal. Nós tínhamos um cotidiano. Fui logo preso com dezessete anos. Fiquei quinze dias preso por besteira.

C.C. – Preso por que motivo?

L.S. – Ah, o motivo era subversão, organização subversiva. Tentaram enfiar uma tentativa de homicídio, mas eu não cheguei a tentar matar ninguém, só tinha batido em um policial que estava batendo no meu irmão... Não sei se era um policial ou um delegado. Mas eu tinha dezessete anos, então fiquei preso e depois fui solto junto com cento e cinquenta outros - alguma coisa assim. Mas foi informativa a prisão, porque a organização nos mandava nos misturar com os presos comuns.

C.C. – Para politizá-los?

L.S. – Para politizá-los e para entender o que estava rolando por aí. Eu aprendi muito em quinze dias de prisão. Eu, por acaso, fui colocado na cela com o menos desejado dos presos comuns que era um estuproador, que me ensinou a abrir carros e cadeados, um monte de coisas úteis. [riso]

C.C. – Tem que escrever as suas memórias do cárcere.

L.S. – Pequenas memórias, mas foram quinze dias muito intensos para dezessete anos. Eu continuei na política. Com dezoito, dezenove anos fui eleito no Comitê Nacional de Luta Contínua. Foi em um Congresso famoso em Rimini no qual houve a partição, um grupo saiu para as Brigadas Vermelhas e outro grupo chamado Primeira Linha. Nós ficamos. Eu sempre fui muito contrário a isso, da violência terrorista. Mas essa partição teve consequência muito séria porque vários amigos se meteram por essa via que sempre achei e acho errada, a luta armada, naquele contexto. O movimento depois entrou em crise nas eleições. Eu cheguei a ser candidato nas eleições de município. Consegui seiscentos e trinta e três votos. Lembro-me que até a minha avó, em Palermo, votou por mim. Não tinha valor nenhum, porque eu era candidato no município de Roma, mas ela votou. [riso]

C.C. – Mas você foi candidato em Palermo?

L.S. – Em Roma. Para essa lista que chamava Democracia Proletária. A gente conseguiu alguns representantes no Parlamento. Não era muito, seis, mas era alguma coisa – equivalente ao PSOL, digamos assim. Em termos numéricos, talvez um pouco maior. Aí, aconteceu um negócio determinante para mim... Aí, meu pai e minha mãe tinham se separado. Nesse ano foi um grande drama, hoje seria muito menos um drama. Para a minha família, por parte da mãe, foi devastador. Então, eu fiquei bombardeado à chefe de família. Inclusive, naquela época, o direito de família italiano era que o primogênito tinha a pátria potestade. Eu cheguei a atualizar o passaporte da minha mãe com dezoito anos. Fiquei como um pai de família, por assim dizer, durante dois ou três anos. Minha mãe, infelizmente, com quarenta seis de idade, muito jovem, faleceu. Então, eu fiquei sem pais. Meu pai era vivo, mas não estava conosco. Eu, com dois irmãos, sozinho naquela confusão dramática.

C.C. – Você era o irmão mais velho?

L.S. – Eu era o irmão mais velho, tinha vinte, vinte e um anos quando a minha mãe faleceu. Então, ficamos assim. Minha mãe tinha me feito prometer que eu teria ido embora para Inglaterra. Como para todas as pessoas de nosso ambiente, para minha mãe Londres era o lugar do esclarecimento, Paris ou Londres. Para ela eu ir para Londres era também uma forma de nunca mais me meter em atividades políticas perigosas. Efetivamente naqueles anos eu perdi vários amigos de minha idade, alguns porque se meteram na luta armada e outros porque se meteram nas drogas pesadas, sobretudo heroína – algo que nunca me interessou. Minha mãe faleceu em dezembro de 1977, e em agosto de 1978 eu fui para Londres. Depois da morte de minha mãe fiquei um tempo em Roma sobrevivendo com vários biscates, o mais remunerativo foi vender andando nas casas e estudos de profissionais liberais gravuras de grandes artistas de parte uma galeria conceituada. Em 1976 já tinha começado a estudar Sociologia na Universidade de Roma.

C.C. – Pois é, isso que eu te perguntar: Por que Sociologia?

L.S. – Porque era a única que um ativista como eu podia fazer, não é? Tinha bons professores naquela época. Era aquela universidade louca, não é? Era Roma, Buenos Aires e Cairo, tinha cada uma duzentos mil alunos. Então, eram aulas com quinhentos alunos, professor com

microfone. Mas era bastante estimulante. Inclusive, no ano de 1977, eu trabalhei um ano e pouco em uma pequena fábrica metalúrgica de um conhecido do meu pai.

C.C. – Necessidade ou ativismo político?

L.S. – Necessidade em si, mas acabei fazendo política. Mas a verdade é que ganhava razoavelmente bem, eu cheguei a manter, em parte, os gastos da minha família, porque um metalúrgico, dentro do contexto de outros trabalhos precários que eu tinha tentado fazer, era bastante bem retribuído – melhor que os biscates que tinha tido até então. Não sei, hoje seria três mil reais. Era bastante dinheiro para mim na época. Claro que acabou sendo uma coisa de sensibilização, acabei aprendendo muitas coisas. O trabalho era torneiro mecânico como o Lula, não cheguei a perder o dedo. Quase que perdi, não, mas feri. Aí comecei a estudar, estudava de noite, era complicado, mas eu era bastante arrogante, só aceitava a nota mais alta, quer era 30, equivalente a dez aqui. Durante o ano só fiz três exames, mas no final da prova, que era uma entrevista, me levantava e dizia: “Não, você me dá vinte e nove ou trinta ou volto no próximo semestre”. Eu queria o máximo.

C.C. – Mas o curso em si, Sociologia, era mais teórico?

L.S. – Era mais teórico, era muito mal pensado... A universidade italiana era feita de gênios e pouca educação. Continua assim de fato, eu estive recentemente em Pádua e melhorou muito o corpo discente, mas a há uma relação ainda distante entre alunos e docentes... Há um descuido com a propedêutica muito forte. Agora, tive professores muito bons. Aprendi muita coisa. Mas, assim, você seguia as lições e depois dava um exame. O exame era duro, às vezes com uma prova escrita, mas na maioria das vezes era uma interrogação de uma hora, onde se testava todo o seu conhecimento da disciplina. Aqui muitos alunos perceberiam aquilo como um assédio moral, mas lá era absolutamente normal. O professor, com dois assistentes, você sozinho e um monte de gente lá tentando ouvir o que você falava. Era entrevista profunda, quase policial.

C.C. – Mas, então, em 1978 você foi para Londres?

L.S. – Sim, fui para Londres.

C.C. – Seus irmãos também?

L.S. – Não, sozinho. Minha irmã me acompanhou, mas não consegui morar com ela. Deflagrou tudo naquele momento. Eu queria também me sentir um pouco livre das responsabilidades familiares. Obviamente, me arrependo disso. Depois, a posterior, sempre há arrependimento. Mas fui morar sozinho. Rapidamente conheci aquela que veio a se tornar a minha segunda namorada, mas meu primeiro grande amor. Pito, uma holandesa que morava lá, que também faleceu jovem, infelizmente.

C.C. – Qual o nome dela?

L.S. – Grietje, mas queria ser chamada de Pito. Estudava Arquitetura em Eindhoven, Holanda e fazia pesquisa em Londres. Em Londres me meti a fazer pesquisa, porque você tinha uma

dissertação para se formar na Itália, que depois, inclusive, consegui equivalência para o mestrado na Universidade de Amsterdam. Foi uma dissertação bem-feita, orientada por um professor que aqui é conhecido: Massimo Canevacci.

C.C. – Organizou um livro sobre a família, não é?

L.S. – Ele foi professor visitante na USP, muitas vezes. Também importante foi meu co-orientador Vittorio Lanternari, um importante etnólogo italiano, recém-falecido, que teve bastante influência na América Latina com relação à pesquisa sobre movimentos milenaristas. Ele teve a coragem de me apoiar. Porque minha pesquisa foi, na época realmente inovadora, devo dizer: uma comparação entre punks e rastas. Duas subculturas juvenis, uma branca e a outra negra. Lanternari se interessou e me apoiou. Então, fiz essa pesquisa de um ano e meio em Londres. Aproximei-me de Stuart Hall, porque cheguei a conhecer ele e consegui agendar um encontro com ele. Tudo por carta, na época. Peguei o trem, fui para Birmingham, na neve, um dia, me lembro, me encontrar com ele e ele me perguntou se eu conhecia Gramsci. Gramsci eu conhecia porque qualquer italiano que preste, na época, tinha que conhecer Gramsci. Eles acabavam de descobrir os *Prisons Notebooks, abridged version*, que é uma versão reduzida, um resumozinho. Então, ele queria muito que eu me associasse ao Centro para me tornar um propagador de Gramsci, digamos assim. Ele me deu de presente uma pilha de livros publicado pelo CCCS (Centre for Contemporary Cultural Studies). Comecei a ler, conheci junto com ele Paul Gilroy, Dick Hebdige, Paul Willis. Com vario deles fiquei amigo, em particular com Paul Gilroy e a esposa dele, Vron Ware. Cada vez que vou para Londres, os visito. Então foi uma experiência muito importante. Depois, socializei em Londres com um grupo chamada *History Workshop*, que fazia História Social no *East End* de Londres. Me apaixonei pela história oral e essas coisas. Consegui acompanhar uma aula de E.P. Thompson. Foi uma experiência muito interessante. Sem um tostão. Para ganhar uma grana tive a má ideia de me meter na tradução de Toni Negri. Traduzi Toni Negri para o inglês. O texto de Negri estava naquele italiano hermético, que não conseguia entender direto – ainda não consigo entender Toni Negri, acho ele sempre muito exagerado. Minha tradução certamente o deixou ainda mais hermético. Depois, organizamos um grupo de jovens italianos todos esquerdistas, para podermos receber o seguro desemprego. A *immigration office* foi de noite na minha casa. Tínhamos sido denunciados pelo jornal *News of the World*, um daqueles jornais ingleses horríveis, que fez um título na primeira página: *the spaghetti scroungers* (os estelionatários come-macarrão). Um escândalo, porque esse descarado convidou todos nos italianos para comer no restaurante... Esse grupo de esquerda se mantinha com este subsidio de desemprego, o *supplementary benefit*. Nos ofereceram um jantar, tiram fotos com todos os italianos brindando na primeira página do *News of the World*, aquela xenofobia britânica. De noite, a polícia chegou e não acharam nada, porque não era cretino de esconder papeis comprometedores em casa. Alguns dias antes tinha redigido e distribuído um pequeno manual para explicar aos estrangeiros, não fraudar, mas como exigir os direitos sem precisar brigar. A veia revolucionária continuava naqueles anos. Em Londres eu morei um tempo com punks. Era impossível, eram simpáticos, mas sujeitos demais. Só bebiam e não comiam. Comiam toda a minha comida. Aí fui morar com os rastas, aí muita maconha indireta – eles fumavam o tempo todo e a casa cheirava a fumaça. Aí pelo menos se comia decentemente.

C.C. – Mas nisso você já tinha terminado o curso na Itália?

L.S. – Não. Terminei o curso na Itália em dezembro de 80, não me lembro o dia, com essa dissertação vários trechos da qual foram publicados. Recentemente, uma síntese em espanhol dessa tese saiu na revista *Política e Trabalho* em 2010s publicada pela Universidade Federal da Paraíba. Em Londres participei de uma conferência da revista *Critique of Anthropology*. Era quase um evento de movimentos sociais. Imagina, uma revista organizar evento com umas centenas de pessoas. Nesta conferência encontrei uma série de holandeses interessantes. Por causa de Pito, minha namorada holandesa tinha começado a estudar holandês. Fiz um curso para paraquedistas britânicos da Segunda Guerra Mundial em discos. Mas aprendi. E aí, comecei a me interessar por essa crescente corrente chamada de *ethnic studies*, estudos étnicos. Naquela época estava começando o fenômeno da segunda geração e me mandaram um convite para trabalhar com pesquisa de campo, entrevistador. Era uma oportunidade única para poder frequentar a universidade de Amsterdam, fazer mestrado.

C.C. – Com essa segunda geração de imigrantes?

L.S. – Sim.

C.C. – Eram de onde?

L.S. – No caso eu deveria ter pesquisado alguns das Antilhas ou do Suriname, por minha experiência com os jovens *West Indians* em Londres. Acabei pesquisando surinameses. Aí, me meti a fazer uma pesquisa que durou dez anos e resultou no doutoramento em 92.

C.C. – Dez anos?

L.S. – Dez anos. Porque o que acontece é o seguinte, eu nunca consegui uma bolsa de doutoramento. Eu fiz muitas pesquisas para universidades sobre vários temas, mais ou menos sobre essa área temática, mas não diretamente. Aí, no final eu consegui, quando eu já era professor assistente na Universidade de Amsterdam, uma bolsa que me permitiu escrever e juntar tudo isso. Eu juntei três pesquisas e as transformei em um livro longitudinal, acompanhando cem jovens no Suriname, negros e hindustanos. Durante dez anos e em três domínios, três arenas, chamadas: as soluções regulares (que é o trabalho, a escola), as soluções irregulares (basicamente a pequena criminalidade, sobretudo venda de droga) e as soluções mágicas (que era o lazer). Fiquei escrevendo esse livro sobre os cem jovens; o tema era de fato como um grupo se torna negro, a transformação de crioulos em negros, e a criação de novos pobres em um país rico como Holanda, não é?

C.C. – Agora, só para entender. Você foi morar em Amsterdam?

L.S. – Fui morar em Amsterdam final de dezembro de 1980. Defendi minha tese na Itália e em seguida apanhei o trem, com uma mochila, uma bicicleta e uma Olivetti Lettera 32 (uma máquina de escrever) e fui para Amsterdam.

C.C. – Mas a mudança para lá tinha mais a ver com sua namorada, esposa ou não?

L.S. – Ora, na Itália, as perspectivas no ambiente acadêmico eram zero. O fato de ter me apaixonado por Pito, minha companheira holandesa, sem dúvida, ajudava.

C.C. – Ela foi para a Holanda também?

L.S. – Ela estava já na Holanda, mas ela tinha outro namorado que morava em Eindhoven. Na época se podia ter dois namorados. Mas logo dei um fim naquilo, graças à Deus. Eu fui morar em Amsterdam em casa de amigos que eu tinha conhecido. Logo me meti em um *kraakpand* (uma casa ocupada) muito decadente, que, depois de um tempo, transformei em uma casa bonitinha. Consegui essa bolsa da Universidade de Amsterdam para trabalhar como investigador nesse grupo. Lembro que cheguei em uma nevasca. Fiquei quatro dias na casa de um amigo que tinha saído de Amsterdam, estava passando as férias e me deixou a casa dele com duas garrafas de vinho, máquina de escrever, alguns livros e um dicionário. Três ou quatro dias para preparar o meu exame de admissão na Universidade de Amsterdam em holandês, obviamente. Aprendi holandês em quatro dias. Perdão, aprendi a ler um pouco e a decifrar os formulários, essas coisas. Mas foi muita pressão, porque se não tivesse passado naquele exame tinha que ter feito o serviço militar na Itália, na época ainda obrigatório.

C.C. – Nesse período, você continuava indo à Itália?

L.S. – Raramente e de trem. Avião era muito caro.

C.C. – Você ficou dez anos na Holanda?

L.S. – Quase doze anos, até 1992, com pequenos intervalos. Morei um tempo em Barcelona. Fui trabalhar na grande associação cultural da esquerda italiana, Associação Recreativa e Cultural Italiana, que tinha mais de um milhão de sócios. Na época Barcelona estava começando aquela efervescência, jogos olímpicos, não é? Trabalhamos na construção da Bienal do Mediterrâneo. Foi uma experiência interessante, mais com artistas. Artistas, na época, pouco conhecidos, como Almodóvar, que me permitiu mostrar na Bienal todos seus filmes grátis. Almodóvar, na época, era um jovem que se vestia um dia de toureiro, outro dia de bailarina de flamengo. Ele era bastante peculiar. Continua peculiar, mas na época era mais magro (risos). Então, foi uma experiência, assim, meio na vanguarda artística literária durante um ano, indo e voltando durante um ano. Mas, basicamente, me afastei da Itália. Voltava, no máximo, a cada seis meses para ver a família, em parte, minha família entre Palermo e Roma. Cheguei, às vezes, a ficar um ano e meio longe. Agora já não consigo mais. Com a idade, tenho que voltar, pelo menos, a cada seis meses. As pessoas começam a falecer. Na Holanda, então, fiz essa pesquisa e ainda escrevi quatro livros. Os últimos dois livros, que eram contemporâneos, ganharam prêmios. Cheguei a fazer uma pesquisa, de um mês, intensiva no Suriname, em Paramaribo. Resultou em um pequeno livro, uma mistura entre um conto e uma etnografia, pelo qual ganhei até um prêmio literário. Tudo escrevi diretamente em holandês. No meu livro que se chama *Brilhar na sombra*², tentei explicar essa construção da negritude. Um pequeno trecho saiu na revista *Novos Estudos do Cebrap*. Interessa-me muito entender como se dava entre estes jovens não-brancos a masculinidade. Por que tamanho investimento no lazer, na música, no prazer, na paquera? O dia é de vocês, dos brancos, a noite é nossa, diziam eles.

² *Brilhar na sombra. Estratégias de sobrevivência, subcultura e etnicidade dos jovens negros de Amsterdam.*

C.C. – O tema central era etnicidade ou marginalidade?

L.S. – Estratégias de sobrevivência de um grupo de jovens imigrantes do Suriname. Basicamente, os surinameses eram vistos como os novos pobres na Holanda – eram muito estigmatizados. A Holanda era um país puritano e quem não trabalhava ou tinha uma postura diferente com relação ao trabalho era estigmatizado. Hoje o país deixou de ser puritano. Agora virou um país mais xenófobo do que puritano, infelizmente. Estou muito impressionado com estas tendências na Holanda de hoje...

C.C. – Mas a sua pesquisa era mais etnográfica, entrevista?

L.S. – Etnográfica e obviamente tinha todos os levantamentos estatísticos. Eu cheguei a trabalhar em uma oficina de estatística e etnografia da cidade. Eu tinha acesso a dados maravilhosos. Mas basicamente foram entrevistas, entrevistas em profundidade com pessoas que muitas vezes os holandeses não conseguiam entrevistar, porque eu tinha toda a minha rede de amizade, de conhecimento na comunidade dos surinameses. Quando eu defendi a minha tese em 1992, entreguei a minha tese e vim para cá. Mas depois voltei em abril, maio e defendi a tese. Na minha defesa, na Igreja Luterana de Amsterdam, no centro de Amsterdam, um prédio grande onde se faziam as grandes defesas, tinha quase mil pessoas. Um dia depois, a comunidade surinamesa organizou em um bairro popular em Amsterdam, Bijlmermeer, com uma fortíssima presença de imigrantes, um reconhecimento público da minha carreira. Uma homenagem ao jovem professor Lívio Sansone, onde tinha, pelo menos, quinhentos surinameses me ovacionando. Foi muito emocionante. Loucamente, em seguida, me mudei para o Brasil.

C.C. – Por quê?

L.S. – Boa pergunta. Porque tinha um lugar garantido no meio acadêmico holandês. Falaram-falaram os professores da banca, entre os quais Johannes Fabian, grandes nomes da Antropologia, que eu quase consegui um *cum laude*, algo muito raro, pela minha defesa. Eu já tinha trabalho. Era óbvio que podia ter ficado na Universidade de Amsterdam. Já tinha emprego fixo, inclusive, nem era contrato. Minha tese foi logo publicada como livro graças a dotação do Ministério da Cultura holandês. Ainda vende e está na sétima edição. Obviamente já é um pouco obsoleto. Junto com este livro saio um livrinho pequeno. Um relato etnográfico de Paramaribo, escrito como um romance. Ganhou um prêmio literário por como era escrito, em holandês. Também foi um grande prazer, porque os holandeses têm essa ideia como o japonês, vocês nunca vão aprender essa língua tão complicada. Não, vou aprender e aprender a escrever bem. A Holanda foi quase minha pátria. Quase fiquei tentado, inclusive de me naturalizar... A polícia, na época, me chamou se eu não queria, como cidadão exemplar, obter a cidadania holandesa. Em um ato de nacionalismo insulso, me recusei, não é? Teria sido um ótimo passaporte, certamente, agora que tenho sessenta anos. Altos apoios públicos. Mas preferi ficar com meu passaporte italiano. Agora, vou pedir o passaporte brasileiro. Há muito tempo que está engatilhado, e agora vou tirar mesmo porque confesso que tenho medo que qualquer recrudescência possa levar a minha expulsão. Eu tenho ainda lembrança dos padres expulsos daqui, porque fiquei morando com estes padres italianos com eles em Camaçari. Tem minha mulher, sou casado e tudo isso. Tenho dois filhos brasileiros e

não posso, acho, pela Lei, ser extraditado, não é? Mas nunca se sabe, não é? Na dúvida, eu pegarei meu passaporte até porque quero votar. Eu posso votar nos dois países, existe um acordo. Não posso, mas já sou velho demais, fazer serviço militar em dois lugares.

C.C. – Foi em 1992 que você veio para o Brasil?

L.S. – 1992. A minha tese foi anunciada, resenhada em todas revistas, periódicos, jornais holandeses e flamengos que existem, os melhores, na primeira página. Eu tinha aquela sensação: “Poxa, eu estou me tornando um especialista de um país pequeno, Suriname, em outro país pequeno, Holanda”. A Holanda é o país do mundo com mais alta densidade de doutores. Aquela sensação de... Agora, está me aparecendo o holandês na cabeça. Há uma palavra em holandesa ótima, de saturação, digamos assim, *verzadiging* em holandês. A sensação que eu não tinha muita coisa para acrescentar, que tudo já tinha sido pesquisado, podia ter trabalhado nas bordas. Já há muito tempo eu tinha interesse pelo mundo afro-latino. Na época, quando eu comecei a me ocupar de pensar a pesquisa sobre os surinameses, na verdade estava pensando em pesquisar relações raciais em Porto Rico. Contatei, na época, em Nova York, Eric Wolf e a esposa dele, que me aceitariam na CUNY. Não cheguei a publicar, mas escrevi uma pequena monografia sobre os *Young Lords* que era um grupo de ativistas negros, inspirados nos Panteras Negras, porto-riquenhos nos Estados Unidos. Comecei a procurar tudo isso. Mas acabei escolhendo o Brasil, por ser um grandes país... Comecei a ler os clássicos sobre Antropologia afro-americana, alguma coisa de Whitten e Szwed, *Afro-American Anthropology* de 1969. E me dei conta que em todo o livro, um livrão, sobre o Brasil só tinha um artigo, muito bom por sinal, de Marvin Harris sobre a *lexical proclivity* dos brasileiros, a tendência lexical de criar termos, neologismo em termo de cor no Brasil. E tinha, não sei, sete textos sobre a Jamaica que, sempre digo, é menor que Sergipe. Não tinha nenhuma relação entre demografia e atenção no mundo anglo-saxônico para com a América Latina.

C.C. – Na Holanda você tinha uma saturação e aqui tinha um deserto?

L.S. – Bom, exato, para encurtar o papo. É disso o que se trata. Não digo deserto, isso é não querer reconhecer a tradição em estudos afro-brasileiros bastante limitada na época. Mas se comparado ao número de pessoas... Está bem, a Holanda tinha seus estudos caribenhos, crioulistica. Talvez não tivesse estrutura mental para me especializar em países pequenos. Recebi até uma carta do Presidente do Suriname, Venetiaan, me agradecendo. Estas coisas me assustaram, essa visibilidade.

C.C. – Mas nessa época que você conhecia o quê do Brasil?

L.S. – O Brasil eu conhecia à distância. Eu comecei lendo...

C.C. – Herskovits.

L.S. – Sim, claro. Lendo esses clássicos.

C.C. – Arthur Ramos.

L.S. – Mas eu comecei a ler Jorge Amado, na verdade. Eu cheguei no Brasil por *Cacau*, *Seara Vermelha* e depois fui ler os clássicos portugueses, Eça de Queiroz, *Os Maias*. Tive em Portugal durante um tempo, na casa de amigos portugueses que tinham sido refugiados políticos em Amsterdam. Muitos desertores portugueses foram para Amsterdam. Fiquei na casa de um desertor. Dei-me logo conta que para mim o português era uma língua factível. Comecei a ler sobre o Brasil. Acompanhei alguns cursos ministrados em Amsterdam na Universidade por um antropólogo holandês, Geert Banck, sobre o Brasil.

C.C. – Geert Banck pesquisava o Espírito Santo, não é?

L.S. – Sim, sim. Comecei logo a discordar de muitas das coisas de um cara que depois acabou se transformando em um dos meus melhores amigos, Carlos Hasenbalg.

C.C. – Você escreveu um *in memoriam* dele.

L.S. – Virou meu melhor amigo no Brasil. Mas meu contato com Carlos é uma história em si, começou muito mal, comigo discordando dele e mantinha a recíproca.

C.C. – Era um argentino, não é?

L.S. – Sim. Foi de imediato. Me lembro que o dia que estive, em 1990, pela primeira vez no Rio de Janeiro, quem me fez um monte de elogio foi Yvonne Maggie, na época. Ela usou um termo que na época eu não entendi: “Você gostou da minha fala?”. “Pois não”. “Pois não?”. Eu não tinha achado isso no dicionário. Depois ela me explicou e ela tinha gostado muito. E Carlos me falou: “Lívio, aqui a maré não dá para você. Aqui você é branco e estrangeiro, não tem como fazer pesquisa. Está fazendo o quê?”. Mas depois de seis anos tomei exatamente o lugar dele no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, a convite dele. As coisas foram crescendo, eu mudei, amplie meus horizontes. No começo, efetivamente, eu era, como Roberto Motta me chamou, um freyriano de esquerda.

C.C. – Freyriano de esquerda?

L.S. – Roberto Motta me chamou de tal.

C.C. – O Freyre se dizia que era um anarquista conservador.

L.S. – Não, eu tinha várias coisas que logo lendo Gilberto Freyre me seduziam. Essa possibilidade de se pensar...

C.C. – Tinha a edição em holandês do *Casa Grande e Senzala*?

L.S. – Tem, mas eu li em português. Também me interessou muito essa possibilidade de pensar o racismo no plural e de pensar o racismo na intimidade, não somente o *apartheid* que é uma palavra holandesa. Você pode ter intimidade, miscigenação e aquela coisa que um famoso professor holandês Hermannus Hoetink, que trabalhava nos EUA, chamava de norma somática que valoriza o loiro e os olhos azuis.

C.C. – Norma somática?

L.S. – Norma somática. Você podia ter um país com grande miscigenação, com um discurso que incorpora alguns elementos da cultura afro-brasileira na imagem nacional, mas com uma norma somática que pune as pessoas, os traços africanos: cabelo duro, lábios grossos e essas coisas. Essa coisa da combinação de violência e intimidade sempre me interessou. Achava que no Brasil se produzia pouca coisa inovadora sobre relações e hierarquias raciais. Logo tinha muitas obviedades. Um autor que nunca me seduziu, foi o Skidmore. Mai tarde uma vez cheguei a ter pena dele quando no Centro Cultural do Banco do Brasil ele foi acusado por alguém do Iuperj, esses colegas do Iuperj que são ótimos, mas pesados, de ser um agente da CIA.

C.C. – Vários foram acusados.

L.S. – Dizendo que o bom era o Richard Graham e Skidmore era ruim. Eu acho foi um pouco exagerado aquilo.

C.C. – Agora, Lívio, você mencionou que em 1990, você está aqui no Brasil. Quando você veio ao Brasil?

L.S. – Cheguei aqui com minha companheira em julho 1990 pela primeira vez, para fazer um ciclo de conferências. Eu escrevi para vários lugares indagando se tinham interesse em uma minha palestra e recebi vários convites. Acho que fiz a coisa certa. Antes de aceitar uma bolsa, vamos fazer dois meses no Brasil. Conhecer o Brasil, de ônibus na época, mas também propor algumas palestras. Escrevi um projeto que chamava *Cor, classe e modernidade na Bahia contemporânea*, que era um projeto onde eu me propunha de entrevistar pessoas com diferentes colocações profissionais na economia formal e informal, e ver que tipo de linguagem da cor eles usavam, que tipo de glossário nas relações raciais ou nas hierarquias. Um projeto, eu acho, bem pensado na época tanto é que fui apresentar em vários lugares, inclusive na Fundação Joaquim Nabuco, onde me encontrei com uma corja de freyrianos bravos, ao estado bravo na época, agora já mudou muito. Na época, Freyre teria sido esquerda daquilo. Fiz palestras aqui na UFBA no CRH, conheci o João Reis, Antônio Sérgio Guimarães, Nádyá Castro, Michel Agier – com Michel, em particular, ficamos muito amigos. E no Rio de Janeiro, na UERJ, dei palestra. Na primeira vez me perdi, demorei não sei quantas horas para achar o lugar.

C.C. – Onde na UERJ?

L.S. – Acho que na Educação. Me esqueci.

C.C. – Não era na Antropologia? Patrícia Birman?

L.S. – Acho que era Patrícia Birman na época, da qual, depois, fiquei amigo. Mas não sei se era na Antropologia. Acho que não tinha programa de pós-graduação. Era a alvorada daquilo.

C.C. – Só uma dúvida. Você escreveu oferecendo para dar palestras?

L.S. – O Geert Banck me ajudou, depois comecei escrever para Carlos Hasenbalg. Quem me ajudou muito foram a Maria Isaura Pereira de Queiroz e Octavio Ianni. Eu escrevi para o Octavio Ianni, que me respondeu cuidadosamente, do qual, depois, me tornei amigo. Outra pessoa que eu discordava e fiquei muito, muito amigo no final. Eu e meus filhinhos que chamavam ele de *nonno*, de avô. [riso] Tínhamos uma relação tão boa. Pena que ele faleceu tão cedo, mas era uma pessoa que humanamente me seduzia e que no final da vida dele queria redescobrir as origens italianas dele, da criação dele, da história do irmão. As últimas conversas com o Octavio era mais ele me perguntando coisas do que eu perguntando coisas para ele. Tive o prazer de acompanhar algumas aulas dele quando eu cheguei a ser professor visitante da Fapesp na Unicamp. As aulas dele eram maravilhosas, ele e a Elide Rugai Bastos. A aula dele era sobre o Robinson Crusó, memorável. Aqueles caderninhos dele, tão pequeninhos, com aquela camisa assim que você não daria nada. O que eu estava falando? Uma troca epistolar séria na época. Algumas pessoas me responderam, outras não. Mas, na época, as pessoas respondiam carta, viu? A Maria Isaura me respondeu assim como a Olga von Simson. Eu cheguei a encontrar um monte de gente. Eu cheguei a encontrar, no Museu Nacional, o João Pacheco. Me lembro muito bem, em um bar de Copacabana. Ele me propôs uma coisa interessante, ele quase me seduziu para fazer pesquisa no rio Trombeta, sobre o “comércio formiga”. Eu fiquei tentado, porque eu falava holandês, falava algum português e falava bastante crioulo do Suriname, ele estava interessado em pesquisar esse comércio formiga, como ele chamava. Comércio antigo entre o Brasil e as Guianas. Eu não sei porque não me meti, teria sido uma ideia boa. Eu estive no Museu Nacional... Agora que eu estou me lembrando disso. A Maria Isaura me atendeu assim como a Olga von Simson.

C.C. – A Olga na Unicamp.

L.S. – Na Unicamp, mas acho que encontrei em São Paulo. A Maria Isaura na casa dela ou na USP. Não me lembro. A Maria Isaura me perguntou descaradamente porque eu estava aqui no Brasil. Aí eu comecei com meu papo todo formal: “Porque aqui... Porque depois de pesquisar muito tempo relações raciais em um mundo polarizado, eu preciso pesquisar as relações raciais em um lugar mais ou menos identificáveis...”. Ela olhou para mim: “Lívio, você está a procura da bagunça, não é? Já depois de muita vida organizada na Holanda, vem o alter-ego dizer...”. Charles Boxer, efetivamente, dizia que Portugal era o contrário da Holanda [riso] Não sei, talvez ela tivesse razão, estava um pouco saturado. Mas tive esse prazer de ser bem atendido por intelectuais da estatura da Maria Isaura...

C.C. – Quer dizer, então, o motivo de vir para o Brasil foi esse interesse intelectual?

L.S. – Intelectual, sim. Absolutamente nada de exótico.

C.C. – Conheceu uma brasileira, se apaixonou e veio para cá.

L.S. – Besteira, primeiro porque já tinha tido “n” namoradas negras e brancas.

C.C. – A sua companheira era viva ainda a holandesa?

L.S. – Sim, sim, era viva. Estava comigo aqui. Para que seja claro, não estava deslumbrado com os Trópicos. Eu já tinha tido namoradas negras, algumas, já tinha ido para o Suriname. Já tinha ficado dois meses na África. Meu pai morou na África durante quase vinte anos.

C.C. – Aonde?

L.S. – Mali. Depois morou em outros países. Eu fiquei dois meses no Mali.

C.C. – Em que cidade no Mali?

L.S. – Meu pai ficava perto de Bamako. Depois ele morou em Nuakchot, Mauritânia. Por último, morou oito anos em Kampala, onde visitei ele duas vezes. A minha não foi nenhuma sedução tropical. Aliás, um dos motivos, burramente, que eu sempre me recusei a fazer capoeira, é que eu não queria ser colocado junto dos outros afro-gringos, preferia ser um gringo especial – agora me chamam de ex-gringo. Aliás, sempre me incomodou muito esse tipo de relação instrumental com os trópicos. Considerar o Brasil como um grande repositório de fortes emoções tropicais. Isso nunca me seduziu. Tanto é que estava duvidando entre Nova York e o Brasil. Nova York para pesquisar os porto-riquenhos, teria sido San Juan e Nova York, digamos assim.

C.C. – Em 1990, que você veio, você ainda não tinha terminado doutorado, não é?

L.S. – Exato. Vim...

C.C. – Passou dois meses...

L.S. – Fiquei em São Paulo, Rio, Salvador e Recife. Depois passei três ou quatro dias em Ouro Preto. Tudo, basicamente, de ônibus. Na época tinha a Transbrasil, lembra? O barato era a Transbrasil. Você podia fumar e beber à vontade no avião. Beber à vontade. [riso] Se bebia à vontade. Era incrível. Para fumar, eu não fumava, tinha que ir para de trás. Eu me lembro que tinha uma fumaça horrível. Depois eu voltei, como sempre, não consegui entregar a tese dentro do prazo. Estiquei, estiquei... Eu me lembro que Michel Agier e Antônio Sérgio me pediram: “Lívio, o CNPq te concede a bolsa e não precisa nem de você defender, mas tem que ter o documento de entrega da tese”. Assim que recebi o documento de entrega e mandei por fax, na época não tinha internet. Imediatamente, me chegou essa bolsa do CNPq. A primeira carta de concessão me chegou e quem me mandou foi o Perry Scott da UFPE.

C.C. – Ah, Perry Scott, foi entrevistado.

L.S. – Imagino, por isso que digo o Perry. Muito gentilmente me mandou... O meu projeto era pesquisar ou em Recife ou em Fortaleza, em zona de muito menos densidade de pesquisas sobre relações raciais, embora sejam regiões de grande presença negra. No início eu tinha uma rejeição à Salvador: demasiadamente turística, muitos afro-gringos, uma *afro-Disneyland* - como eu chamava o Pelourinho. Hoje me incomoda muito menos, mas antigamente me incomodava. Foi o fato de Michel já estar aqui com recursos da Fundação Ford, bons recursos, um projeto interessante. Michel insistiu para que eu assumisse o lugar dele. Ele estava aqui com passaporte diplomático e precisava voltar para a França, no

ORSTOM onde ele trabalhava. Então, tinha um limite no prazo dele e tinha esses recursos que alguém tinha que assumir.

C.C. – Em 1990, você chegou a vir à Salvador?

L.S. – Sim, sim. Dei duas ou três palestras, uma no CRH, uma na Sociologia.

C.C. – É que o Michel era o seu principal...

L.S. – Inicialmente foram Antônio Sérgio Guimarães e Nádyá Castro, que na época não estavam casados. Tinha também todo o pessoal do CRH. Mais adiante Michel foi determinante. A Fundação Ford foi determinante, porque teria sido bobagem eu renunciar.

C.C. – A Fundação Ford estava apoiando muito a pesquisa.

L.S. – A Fundação Ford foi extremamente importante para mim; que ironia para quem se sentiu muitas vezes como antiamericano. Um antiamericanismo pesadamente apoiado pelo ianque dólar, porque eu sou uma das pessoas, eu acho, no Brasil, que mais apoio recebeu da Fundação Ford. E só não consegui recursos da Rockefeller não porque não tivesse aplicado, mas porque depois do 11 de setembro, a Rockefeller me falou candidamente que só financiava projetos até o Panamá. Mas estava a ponto de bala um apoio grande. Aquelas *fellowship program* para a Cândido Mendes, que depois, simplesmente não deu certo. Eu tive apoio de outras fundações americanas Mellon, MacArthur e outras.

C.C. – Aí, você se mudou para Salvador em 1992?

L.S. – Eu me mudei para Salvador e estive por quase cinco anos com bolsa do CNPq, que eu acho que o limite máximo era cinco anos. Voltei para Amsterdam, minha namorada Pito não queria se estabelecer no Brasil.

C.C. – Como foi a sua experiência de morar aqui? Uma coisa é visitar, dar umas palestras, depois morar?

L.S. – Interessante, mas eu pouco me metia com o *métier* intelectual e cultural. Eu estava metido em dois bairros, um de Salvador, o Caminho de Areia, e outro de Camaçari, morava na casa paroquial, onde um padre italiano me hospedou. O padre Tonucci foi o criador da Comissão Justiça e Paz daqui da Bahia. Morava na biblioteca da casa paroquial e me meti a fazer pesquisa em Camaçari, que era uma cidade que estava crescendo de forma exponencial, do nada.

C.C. – Do polo petroquímico.

L.S. – Tinha que fazer pesquisa de campo mesmo, com dois assistentes. Ganhei rapidamente uma dessas dotações do edital Ford\Centro de Estudos Afro-Asiáticos chamado o Negro no Brasil. Foram umas dotações importantes. Muitos intelectuais de alto nível como João Reis e os primeiros pesquisadores negros, com seus doutorados, todos eles recebiam esta bolsa. Foi importante. Eu consegui pagar dois assistentes. Fizemos umas quinhentas entrevistas,

imagina. E depois, finalizando a pesquisa em Camaçari, me mudei para Salvador. Fui morar na casa de uma pessoa que eu conheci, na Cidade Baixa e em um bairro semi-pobre, Massaranduba. Era um conjunto habitacional chamado IAPETEC. Esse conjunto habitacional de pessoas que trabalhavam no Porto. Eu queria uma área que tivesse favela, pequena classe média, classe operária e aí tinha tudo pertinho, tinha a favela Pompeia. Eu morei no apartamento de um funcionário do Porto. Aluguei. Aí também consegui fazer quinhentos e sete entrevistas. Praticamente todos os moradores adultos da rua em dois anos eu consegui entrevistar.

C.C. – A tua companheira veio também, a holandesa?

L.S. – Sim, veio, aprendeu português perfeitamente, mas quis depois voltar para a Holanda. Acho que não aguentava ficar aqui muito tempo. Ela precisava defender o doutoramento dela. Ela defendeu e lá ficou e infelizmente a relação acabou não por falta de amor, mas porque o oceano é grande demais. Eu me lembro que na época não tinha Skype, infelizmente. Talvez a gente tivesse ficado junto se tivesse Skype. [riso] Gastava metade do meu salário que era bom na conta de telefone... Um dos motivos que eu aceitei vir pro Brasil com relação aos Estados Unidos, porque lá a situação teria sido precária. Aqui, na época, aquela coisa maluca do Plano Real, quando o dólar abria a zero e oitenta centavos de real, ganhar três mil reais era muito dinheiro. Eu realmente vivi bem. Tive muitos amigos naquela época. [riso] Sobretudo na Cidade Baixa. Altas festas, feijoada. Comprei um Fusca e aqui fiquei trabalhando e fazendo pesquisa. Devo dizer que naquela época tive dois defeitos que acabaram sendo ônus e bônus. Mexi muito pouco com o *métier* intelectual de Salvador, pouco frequentava a faculdade. Comecei a dar alguns cursos de Antropologia Urbana e Antropologia Urbana da Globalização na Arquitetura e nas Ciências Sociais. E pouco me ocupei de procurar alguma ligação entre a minha pesquisa e a história das relações raciais. Foi muito presentista. Isso é obviamente um defeito. Mas a vantagem é que eu me ocupei mais em produzir e fazer germinar dados originais do que trabalhar com coisa que já era mastigada. Eu não me interessava tanto assim pelos blocos afros, que naquela época tinha um monte deles, mas me interessava saber, quem, na rua, onde eu morava, participava dos blocos afros. Tinha gente do Ilê, do Filhos de Gandhi e tinha gente que saía com Filhos de Gandhi e Ilê. Já percebi que um bloco afro é um bloco carnavalesco, antes de ser um partido político. Essa era uma discordância que tive com Michel Agier, com o qual continuo um grande amigo. Interessava-me o sistema de relações raciais, me interessava a forma pela qual a cultura negra era redefinida, mais do que substancializar a cultura negra a tornando uma essência. Em algum momento até tentei fazer aquilo, mas não era capaz. Então, me meti nas relações raciais e acho que acabei fazendo algumas coisas interessantes, tipo aquele meu texto sobre pai preto e filho negro. Reparei que quem se diz negro é mais desempregado e mais escolarizado daqueles e que se autodeclaram preto. Tentei, desesperadamente, com meu amigo Nelson do Valle Silva sensibilizar o IBGE para que fizesse o PNAD onde tivesse mais espaço para a auto-declaração, porque na auto-declaração tinha elemento de estilo de vida interessantes a serem capturados. Logo argumentava que preto era um estilo de vida, não uma cor, que aqui era o negro sem jeito. Ainda tentei dizer isso. Tentei explicar para Nelson: “Nelson, como é possível que tem muito mais pretos do que pretas no Brasil? Pode ser que a mortalidade seja maior, mas será que as pessoas acham mal educado definir uma senhora de preta na hora de fazer uma entrevista?” Com esse tipo de detalhes antropológicos os técnicos do IBGE não sabiam lidar.

C.C. – Agora, essa bolsa que você teve do CNPq, você estava vinculado à Universidade, mas tinha liberdade para...?

L.S. – Era bolsa de pesquisa do visitante.

C.C. – Você não precisava dar aula?

L.S. – Não era obrigatório, mas eu acabei dando aula. Eu dava um curso por semestre, quase sempre na pós-graduação onde tinha carência de professores com doutoramento. Montei um curso chamado Atlântico Negro, que era um curso monográfico para colocar o mundo afro-latino em um contexto mais amplo da teoria da etnicidade. Uma coisa que aqui era uma novidade. Quando eu cheguei aqui, em 92, no ICBA, o Instituto Goethe daqui, o professor Pedro Agostinho, que foi uma das pessoas que mais me estimulou a vir para Salvador assim como o Ubiratan Castro (antigo diretor desta casa, o CEAO), organizaram um evento sobre identidade étnica. Estavam começando as tensões que acabaram naquela máquina mortífera que foi a guerra civil na Iugoslávia. Eu fui chamado como o grande especialista. Eu tinha vindo da Iugoslávia, fui apresentar um *paper* em Dubrovnik, eu tinha muito contato com um colega iugoslavo. Falar em público sobre a identidade étnica não era fácil na época. A TV Educadora me entrevistou com aquelas entrevistas de trinta segundos: “o que é identidade e qual é a solução?” [riso] Ninguém sabia o que era identidade étnica. Não se usava o termo, qual é a solução? Em trinta segundos eu tinha que dizer o que era e qual era a solução. Então, obviamente não consegui. Eu cheguei em um país que naquela época era muito, não digo etnofóbico, mas sem dúvida não era etnofílico. Depois de um tempo começaram os shampoos étnicos, a comida étnica, a roupa étnica. O termo étnico foi usado e abusado, mas na época era uma absurda novidade. Falava-se de cor. Alguns falavam de raça. Sempre me interessou colocar o Brasil em uma perspectiva mais ampla. Sempre um interesse mais em comparar sistemas de oportunidades, cidades do que países em si. Essas coisas a lá Michael Banton, Vanderberge ou Anthony Marx. Brasil e África do Sul. Interessa-me muito mais Salvador e Cidade do Cabo. Já tentei fazer coisas mais minuciosas.

C.C. – Agora, bom, na tua trajetória tem Itália, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos, África, Iugoslávia...

L.S. – E tem mais países depois.

C.C. – Mais coisas depois. Mas, assim, o meio acadêmico brasileiro você não achava muito provinciano na época? Quer dizer, só estuda Brasil. Essa era uma observação que se fazia muito.

L.S. – Sem dúvida, em particular aqui em Salvador, onde, ainda agora, todo mundo me pergunta de onde eu venho. Em São Paulo ninguém me pergunta e no Rio muito pouco. A ordem do cosmopolitismo é essa. O que me seduziu foi a possibilidade de trânsito com a cultura popular. O que logo me apavorou é o fato dos intelectuais aqui nem tentar ser orgânicos; não moram no meio do povo, não falam com o povo, não comem como o povo e normalmente são insatisfeitos com o próprio povo, como diria Berthold Brecht. Então, isso era uma coisa que sempre me assuntou um pouquinho, em particular na província do império

como Salvador. Aí Gramsci, mais uma vez, eu uso dele a frase: “na província do império, a burguesia nunca acha o justo equilíbrio entre xenofilia e xenofobia”. O que choca muito mais os neobrasileiros? Os neobrasileiros – Brasileiros por escolha - tendem a ser mais nacionalistas do que os brasileiros natos. O que choca é o fato de não existir nenhuma relação direta entre certa, me desculpem as feministas, postura uterina da cultura popular, acolhedora, que em Salvador é bastante manifesta, uma cultura popular que incorpora e uma cultura intelectual que exclui. É muito mais fácil receber um convite para ir na casa de alguém comer em São Paulo ou Rio do que aqui. Aqui o intelectual não te convida. Estou generalizando, digamos assim. O trânsito nacional e internacional que ainda tenho muito se deve aos seis meses na Unicamp e aos seis anos de Rio de Janeiro. Minha proximidade com a Finep, com a Fundação Ford era uma proximidade geográfica. Luiz Fernandes, na época presidente da Finep, eu conheci porque a mulher dele era minha colega na Uerj. Todas essas vantagens e você entende como o Brasil é desigual, inclusive, academicamente. Se comparados aos soteropolitanos os cariocas têm uma vida fácil, diriam os luandenses que têm uma vida mulata. O trânsito que construí com a Fundação Ford se deve ao fato de eu ser conhecido da Fundação Ford. A Fundação Ford até desconfiava dos baianos, na época, muitas vezes.

C.C. – Bom, em 96 você vai para o Rio?

L.S. – Em 96. É o Carlos Hasenbalg que organiza. O Cândido me manda carta, me convida. Com um bom salário, na época, três mil reais.

C.C. – No Centro de Estudos Afro-asiáticos.

L.S. – Para assumir o lugar do Carlos, que já estava cansado e queria se concentrar no Iuperj. Inicialmente, a proposta do Carlos era que eu me instalasse como ele, fizesse uma dobradinha: Iuperj e Cândido Mendes. Acabei trabalhando só na Cândido Mendes e dando aula só de vez em quando no Iuperj como professor visitante. Não consegui duplo contrato, porque acho que o Iuperj, naquela época, tinha dedicação exclusiva e o próprio Cândido queria, obviamente, que eu ficasse no CEAA. Porque uma das minhas tarefas era ser um *fundraiser*, um caçador de recursos, que eu fiz com certo sucesso.

C.C. – A Cândido tinha uns centros de pesquisa, não é?

L.S. – Sim, vários centros. Tinha coisas promissoras, mas universidade privada é privada. Eu resolvi me mudar... Eu fiz concurso na UERJ. Fui aprovado, mas a vaga não foi para mim. Mas teria entrado em seguida, se tivesse insistido. Fui contratado pela UFF como professor visitante, não cheguei nem a assumir na UFF naquele Laboratório de História Oral. Ora, nunca cheguei a ser efetivado na UFF, porque resolvi fazer o concurso aqui.

C.C. – Mas nesse período o Iuperj não estava na crise que depois ficou...

L.S. – Bem, já começava a crise do Iuperj.

C.C. – Ele já era parte da Cândido Mendes desde sempre, mas também não se reconhecia muito como parte da Cândido Mendes, não tinha isso?

L.S. – Sim, mas quem pagava os salários era o Cândido, então... .

C.C. – Sim, mas as pessoas se diziam do Iuperj, não da Cândido Mendes.

L.S. – Exato, tinha certa autonomia, senão independência. Eu tinha ótimo trânsito pelo Iuperj. Eles me chamavam para inúmeras bancas. Ministrei lá, durante um período, aulas. Não fui nunca efetivado como professor lá do Iuperj. Nem, para dizer a verdade, tentei. Até porque o Iuperj tinha uma vertente antropológica muito diminuta; tinha o Machado e o Benzaquen que é mais um historiador da Cultura, não tem muito a ênfase etnográfica.

C.C. – Isso no programa lá de Sociologia.

L.S. – Exato. Não tinha necessariamente espaço. Mas fui para a Uerj, onde eu trabalhei por muitos anos como professor visitante, associando isso... Era bom, porque você tinha esse trânsito, dava aula, fazia as coisas sem ter muitas obrigações. A minha obrigação mesmo era na Cândido Mendes com a administração dos Estudos Afro-asiáticos e uma série de outras: o projeto de pesquisa, a gente captava recursos, administrava, tinha dotações sobre o negro no Brasil, tinha várias coisas.

C.C. – O teu cargo era de vice-diretor?

L.S. – Na Cândido Mendes tinha um sistema monárquico: diretor de tudo era o Cândido; o vice-diretor é de fato o diretor.

C.C. – Mas você era o diretor de fato, não é?

L.S. – Sim. Mas ele insistia em dizer que era diretor da revista, e ele nunca aparecia na revista. Eu era o diretor, não era o vice. Acho que eu era diretor adjunto, não me lembro. Formalmente, o Cândido era o chefe de tudo.

C.C. – Mas você convivia com o Cândido ou era uma coisa mais...?

L.S. – Sim, bastante com ele, com a Bebel. Às vezes, as relações eram tensas porque o repasse dos recursos era complicado, mas eu ajudei bastante o Cândido frente à Fundação Ford. Encontrei com ele recentemente na ABL, eu frequento o arquivo da ABL para coisa que te conto depois. De vez em quando eu encontro com o José Murilo lá. Por acaso, eu encontrei nos corredores o Cândido, me cumprimentou e tudo isso. Estou tentando falar com o Cândido, de eu entrevistá-lo a respeito de Mondlane, porque ele encontrou Mondlane quando era jovem assistente da nova política internacional.

C.C. – O Cândido convidava muita gente do mundo inteiro...

L.S. – Ele foi um dos pouco brasileiros que teve contato pessoal com Eduardo Mondlane. Então tenho interessa em fazer uma entrevista com o Cândido. Tenho boa relação. Não fui embora batendo a porta. Devo dizer que os colegas cariocas não entendem como é possível que uma pessoa que finalmente está bem estabelecida no Rio pode resolver voltar para o

Nordeste. Eu falei: “Olha, seis anos de Rio de Janeiro para mim basta, chega”. Naquela época, inclusive, eu tinha dois filhos pequenos.

C.C. – Você teve dois filhos com essa companheira holandesa ou não?

L.S. – Não, com Angela Figueiredo que é uma antropóloga da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Nos separamos há alguns anos atrás.

C.C. – Você já a conheceu aqui em Salvador?

L.S. – Conheci aqui. Quem me apresentou a ela foi Nádyá Castro. Temos dois filhos juntos. Ficamos juntos dezessete anos. Angela trabalhava também na Cândido Mendes. Ela trabalhava no gabinete na Bebel. Ela é formada pelo Iuperj, doutorado foi no Iuperj com Carlos Hanselbag. Uma pesquisa interessante, ela pesquisou classe média negra. Primeira pesquisa série dessas, quantitativa e qualitativa. Nós pensávamos que educar os filhos aqui seria melhor.

C.C. – A Sônia Giacomini também lá da PUC estudou os bailes, não é?

L.S. – Sônia conheço, mas Angela antecede.

C.C. – Clube... Esqueci o nome agora.

L.S. – Renascença. Conheço bem a Sônia. E a Sônia colaborava com a Ângela.

C.C. – Ela é de família italiana também? Giacomini...

L.S. – Olha tem tanto sobrenome italiano que já inflacionou. Mas, sem dúvida, o sobrenome Giacomini é de origem italiana. O que eu estava dizendo? Na época, eu pensava que a qualidade de vida aqui em Salvador fosse melhor mesmo, que o salário rendesse mais e que educar os meninos teria sido mais tranquilo. Tinha a família da minha mulher aqui. Eu não sei se fiz a coisa certa. Todas as minhas escolhas de vida, são escolhas que tem a ver não somente com a episteme, mas também com o contexto geográfico. Muitas das minhas mudanças são mudanças de cidade, de mulher e de língua. Nesse caso de sotaque, mas são mudanças bastante radicais como você deve ter percebido... Hoje em dia até valorizada da boca para fora, mas, de fato, na estrutura hierárquica brasileira mudar de universidade é penalizado. Repara que na Cândido Mendes eu era titular, aqui tive que começar como adjunto 1 de novo. Vou virar titular agora, com sessenta anos. O contrário da *job evaluation* norte-americana. Você tem que recomeçar.

C.C. – Você começou como adjunto 1?

L.S. – É claro, tive que começar de novo, não é? Logo virei bolsista do CNPq. Isso sim me chegou, porque na Cândido Mendes nunca consegui.

C.C. – A Cândido Mendes, você mencionou, já estava em alguma crise financeira, talvez não a que ficou hoje...

L.S. – Sim, os caras do Iuperj disseram: “Lívio, você foi embora no momento certo”. Não foi um cálculo. Dizem, as más línguas dos meus amigos do Iuperj que eu fui a última pessoa que conseguiu resgatar o FGTS integralmente, com alguns gritos com o Cândido, mas consegui. Muitos deles tiveram que entrar na justiça.

C.C. – Sim, até hoje.... Mas você já estava preocupado com essa situação da Cândido de dinheiro, de segurança financeira?

L.S. – Não. Com Carlos Hasenbalg, a gente tinha um barco junto, então todo fim de semana estávamos juntos, um veleirozinho. Ele me angustiava, me falava: “Toma cuidado, toma cuidado”. Eu nunca recebi o meu salário com muito atraso.

C.C. – Mas você mencionou que dava aula na Uerj, os concursos na UFF, quer dizer, você também estava tentando...

L.S. – Eu dava aula na Uerj, como diz, tinha uma pequena bolsa da Fundação Ford, vamos dizer, mil reais, alguma coisa assim. Também comecei a organizar um *summer school* na universidade de Berkeley, durante um mês por ano...

C.C. – A Fábrica de ideias?

L.S. – Não era um *summer school* ministrado em inglês, uma operação para os alunos de graduação de Berkeley, *African-Americans studies*. Durante um mês por ano, ao longo de vários anos, eu recebia o salário de um professor de Berkeley, por volta de nove mil dólares, era um bom salário. Era um salário idêntico do outro colega de Berkeley que não fazia vinte por cento do que eu fazia, porque eu desdobrava, eu dava aula, mas organizava tudo. Mas concretamente, isso também acabou. O Cândido arrecadou muito dinheiro com os recursos que consegui angariar, mas eu já estava farto da Cândido Mendes. Ademais, o meu projeto institucional sempre foi a institucionalização dos estudos afro-brasileiros ou algo nessa direção e isso não dá para fazer na iniciativa privada. Cândido devia à Capes. Eu não conseguiria nunca angariar recursos da Capes. A minha bolsa de produtividade no CNPq ficava emperrada, eu não entendia porque, embora tivesse tudo para dar certo.

C.C. – A Universidade estava inadimplente ou alguma coisa assim?

L.S. – Exato. Quando eu consegui, finalmente, falar com um técnico, eu acho que foi na Anpocs, me falaram claramente. Sentia-me um pouco perseguido, mas era a inadimplência da instituição. Por outro lado eu tinha um contato muito bom com a Fundação Ford.

C.C. – Então, quando você conseguia recursos, eles iam para a Ucam.

L.S. – Para a Ucam. E até depois para disponibilizá-lo era um trabalho danado. Boa parte da minha semana era chá de cadeira na sala de espera do Cândido. Foi o que fez o Carlos Hasenbalg enlouquecer. Carlos era um cara tolerância zero. Eu não, eu sou um bizantino, lia um bom livro, não me preocupava de esperar. Carlos enlouqueceu. E o pessoal do Iuperj era pior ainda, não tinha paciência nenhuma com Cândido.

C.C. – O Cândido criou o Iuperj, que era a menina dos olhos durante um tempo, depois ele passou a criticar o Iuperj. Eu lembro quando tomou posse... Quem foi? Agora me deu um branco. O Cândido estava na mesa e falou mais ou menos... Acho que foi o José Maurício Domingues que tomou posse como diretor. O Cândido estava quieto, terminou e falou, mais ou menos: “Iuperj parou na história. Estão estudando os partidos políticos, mas não estão estudando o trânsito mundial das religiões. Vocês pararam no tempo”. Ele falou isso na posse do diretor, na mesa. A Maria Isabel do lado. Eu me lembro disso. Estava o Jairo Nicolau, muito amigo meu do lado, viria a ser o último diretor do antigo Iuperj. Ele falou: “Não, ele está até *light* hoje”. Quer dizer, então, já estava em um momento em que ele estava criticando o filho.

L.S. – Sim, sim. Depois houve essa mudança para o Iesp, que, inclusive, é ótimo que isso tenha acontecido. Mas essas coisas só se podem dar no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é a única cidade que eu conheço que tem dois programas de pós-graduação de Antropologia na mesma universidade e que você consegue mudar um projeto como o Iuperj para uma universidade estadual. São milagres cariocas, que aqui na Bahia seriam impensáveis. Inclusive, morando aqui um pouco na periferia você percebe que a história das Ciências Sociais é uma história onde, sobretudo a geopolítica internacional, mas também a geopolítica nacional tem um papel importante. A forma pela qual se escolhe a direção da ABA e Anpocs segue esta lógica. A ABA é uma sociedade dinástica, monárquica, mas tudo bem, os antropólogos tendem a ser monarquistas. A Anpocs se diz republicana, mas raramente se pensa fora do eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Brasília. Há pessoas, das quais eu estava na banca de doutorado, que estão na direção da Anpocs e da ABA. Ninguém jamais me consultou... Até para me dar o direito de recusar, porque não tenho nem tempo para assumir algum cargo. Não quero ser injusto, tenho ótimos contatos na Anpocs. Mas é interessante a forma pela qual as coisas são geridas ali, da forma não exatamente transparente, pelo menos para quem mora na Bahia.

C.C. – Naturalmente, no Rio e São Paulo, as pessoas...

L.S. – Naturalmente, um ano é Iuperj, um ano é a USP, depois Pensamento Social Brasileiro do grupo carioca, do grupo paulista e a direção do grupo de trabalho da Casa Rui Barbosa. Claro que a densidade intelectual que tem o Rio de Janeiro não é comparável à densidade daqui. A densidade de recursos... Estou pesquisando agora a vinda da Galáxia Lombroso para a América Latina, é evidente que impressiona, se comparado com Salvador, a densidade de arquivos que tem no Rio de Janeiro, inclusive, os riquíssimos e lindíssimos arquivos da ABL - puxa, a forma de financiamento daquilo é um mistério, altos ar condicionados... [riso].

C.C. – Nessa época... Eu fiz mestrado no Museu em 1986, 1987 e, assim, tinha Antropologia no Museu Nacional, Iuperj, USP e UnB. Basicamente era isso, não é?

L.S. – Tudo bem, mas agora...

C.C. – Não é mais isso. Isso já tem trinta anos.

L.S. – Não estou pleiteando nenhum espaço maior. Já tenho todo o reconhecimento do mundo, me sinto bem assim e estou tranquilo aqui. Não me faltam projetos, dentro do contexto de crise nem recurso me falta. Só que é interessante apontar para umas Ciências Sociais que, talvez, não conseguiram arrecadar toda a riqueza potencial, entende? Não estou nesse pede-pede no qual, às vezes, nós neo-nordestinos nos especializamos. Não é isso. Estou pensando que podia ser um pouquinho mais dinâmica a forma que gerenciamos as coisas.

C.C. – Queria te perguntar: a Fábrica de Ideias começa quando você está na Cândido Mendes ainda?

L.S. – Na Cândido Mendes, nós experimentamos muita coisa interessante. Experimentamos com a ação afirmativa... É o Carlos que começou, viu? E a Yvonne Maggie, era muito amiga do Carlos, por sinal. E o Peter Fry. É o trio que começa com a ação afirmativa no meio acadêmico e nós começamos com a Fábrica de Ideias como uma medida de ação afirmativa por cor e classe na pós-graduação. Montamos um curso centrado na compreensão que havia necessidade de internacionalizar o debate sobre as relações raciais e que era mais fácil – devido a tantos problemas, por exemplo, a falta, a penúria em termos de língua estrangeira – importar o internacional do que exportar o nacional, durante um período. Importar, por assim dizer, um Paul Gilroy ou um Achille Mbembe era mais simples do que mandar as pessoas para Londres e Johannesburgo, onde eles moram agora. Uma coisa não exclui a outra. A Fábrica ajudou fazer que muita gente pudesse fazer estudos no exterior. Então, nós selecionamos alunos, prevalentemente e não exclusivamente negros e de universidades, não digo marginais (não é elegante), mas menos centrais: por exemplo, Mato Grosso do Sul, Amazônia, Paraíba, que têm menos chance de trânsito e intercâmbio. E o fizemos simplesmente colocando um limite aos alunos da USP e da Unicamp, porque, muitas vezes, na seleção os candidatos da USP, Unicamp e Museu Nacional teriam abocanhado todas as vagas. Nunca os excluimos. Admitimos, por exemplo, quatro alunos da USP de quarenta, mas não doze. Aí, permitimos criar essa mistura de sotaques, que funcionou muito bem e, em seguida, uma outra coisa que começamos a experimentar, antes que se utilizasse o termo, foi com o sul-sul... Antes nem se usava este termo, pensamos em integração regional.

C.C. – Antes do financiamento do Sephis, não é?

L.S. – Antecede o financiamento do Sephis, Sephis vem depois. Começamos a criar mecanismos com dinheiro da Fundação Ford, porque eu não entendia como isso era possível, porque a Fundação Ford era toda norte-sul. A América Latina Andina era organizada pelo escritório da Ford de Santiago do Chile. Eles saíram da Colômbia e nunca voltaram. Mas sempre me relatei muito bem com os escritórios da Fundação Ford e, com os recursos, nós conseguimos atrair gente dos países da América Latina. Não era muito. Mas isso, junto com um par de americanos autofinanciados, fez que o curso se tornasse logo bastante internacional. O Sephis chegou depois e permitiu racionalizar isso. O Sephis chegou por vários motivos, inclusive porque me formei na Holanda e lá conheci as pessoas que depois formaram a fundação. E porque, realmente, nós éramos um centro internacional importante. Estavam procurando um núcleo no Brasil e eu fiquei, durante anos, responsável por esse núcleo. E quando me mudei para Salvador, o núcleo se mudou para Salvador, sendo que, depois de uma época, uma aluna de doutorado que vai se formar amanhã é que foi a

coordenadora técnica do Sephis. Porque eles resolveram não colocar professores, mas doutorandos, por motivos financeiros, na coordenação. Mas foi uma experiência ótima com o Sephis. Acabou mal, porque acabou mal com a Holanda, não é?

C.C. – Acabou o financiamento também.

L.S. – Acabou o financiamento, acabou a vontade política, por parte do novo Ministério de Assuntos Estrangeiros holandês de financiar. O Sephis é um produto do reinado da melhor social democracia holandesa nas relações internacionais holandeses, que se extinguiu...

C.C. – Eu estive duas vezes na Holanda, convidado por colegas lá para falar sobre militares...

L.S. – Mas ia no centro de História Social de Amsterdam, eu imagino.

C.C. – Não, eu estive em Leiden a primeira vez, o Patrício Silva me convidou. Depois em Utrecht.... Você conhece todo mundo lá.

L.S. – Claro.

C.C. – E eu estava querendo entender onde eu estava, era centro, instituto e tal? E eles estavam meio sem graça, porque um centro para *non-Western studies*. Para um brasileiro era uma coisa curiosa. Você não está habituado a um “brasileiro não ocidental”, não é?

L.S. – É, mas também somos extremo ocidente, não ocidental como eles entendem. Nos somos o ocidente do terceiro mundo.

C.C. – É, o Alain Rouquié tem um livro que fala disso, do extremo ocidente. Mas era curioso, porque se tinha passado o período colonial holandês, mas os intelectuais ali não estavam querendo atuar no mesmo registro. As instituições ainda tinham isso: *non-western*.

L.S. – Fernando Rosa Ribeiro e eu, durante um certo período, tentamos publicar uma coletânea sobre o império holandês - hoje poderia se chamar estudos pós-coloniais holandeses. A noção de império, agora está mais aceita, mas durante muito tempo os holandeses se recusaram a reconhecer que África do Sul tinha sido formada por eles e pelas igrejas que estavam lá, que na Indonésia, em Iran Iaiá, fizeram barbaridades até 1964. A grande dificuldade na Holanda é lidar com o passado colonial.

C.C. – Você estava falando que no final dos anos 90 e início dos anos 2000, essa discussão de ação afirmativa, cotas, estava muito forte...

L.S. – Você deve lembrar daquela edição especial da Estudos Afro-Asiáticos com o artigo de Wacquant e Bourdieu.

C.C. – Criticaram muito.

L.S. – Sim. Acusaram-me de ser um *porteur* da cultura colonialista americana. Eu, que tinha sido preso, quando jovem, por jogar coquetel molotov contra o Consulado Americano. Foi um pouco estranho.

C.C. – É, mas essa discussão você mencionou aqui, o Carlos Hansebalg, a Yvonne e o Peter.

L.S. – Sim, mas organizamos um número especial, muito bem-feita essa edição dos Estudos Afro-Asiáticos, onde publicamos o artigo dele, obviamente. É o mínimo que se podia fazer, com vários comentários de pessoas como John French, Michael Hanchard, Edward Telles, Angela Figueiredo e outros. Eu fiz uma introdução onde argumentei que primeiro receber dinheiro americano, desde quando o Brasil se conhece como tal, não quer dizer que vamos fazer exatamente o que os americanos querem que a gente faça, não é? E depois que há uma singularidade brasileira que não vai ser alterada... Tinha todo um debate, mas era um debate muito quente, ainda feito no final da era Fernando Henrique. Efetivamente, o Fernando Henrique foi o cara que, por um lado, abriu a possibilidade do debate, e, por outro lado, fez algo que hoje seria impensável, chamou um monte de professores americanos em Brasília e disse: “Temos um problema racial no Brasil e temos que aprender com os Estados Unidos”. Foi um pouco indelicado. Abriu o flanco para que alguém metesse o punhal, entende? Hoje, a gente faria essas coisas de uma forma mais cuidadosa e menos orientada para os Estados Unidos.

C.C. – Mas olhando esse debate, vinte anos depois quase...

L.S. – O trem da história foi perdido para quem não apoiou. Eu, por exemplo, durante muito tempo, fui um crítico não da ação afirmativa, mas das cotas, para me tornar paulatinamente um moderado apoiador e hoje vou ser nas barricadas um dos defensores, porque vi como isso mudou.

C.C. – O que mudou? Foi sua experiência concreta?

L.S. – Minha experiência de ensino com o enegrecimento positivo, a indigenização, se você quiser inventar um termo, em sala de aula. Isso tem melhorado muito a atmosfera, tornado o Brasil um país mais inclusivo e não tem piorado em nada. Quer dizer, é mais fácil ser seletivo com poucos, como fazia o Museu Nacional que pegava o *crème de la crème* das elites brasileiras, Uruguai e Argentina e fazia todo ano uma ótima turma de doze novos alunos. Fácil ter nota 7 assim. Fácil não é, mas não é impossível, digamos assim. Outra coisa é trabalhar com a triplicação do número de aluno que tivemos na UFBA nos últimos anos. É claro, com o Reuni, ocorreram um monte de problemas, de infraestrutura. Mas o Brasil ficou um país muito mais dinâmico e positivo. E o cotidiano do ensino não mudou em nada, os alunos continuaram bons e ruins como antes, não há grande mudança. Você se sente um pouco menos na torre de marfim, o que para mim é melhor. Mas aqui foi sereno. Olha, houve muita gente chiando no começo, pelas redes e no momento em que ela foi implementada, logo a coisa se silenciou e quase que não apareceu mais – pelo menos não aqui na UFBA. Aqui na UFBA as coisas foram muito bem pensadas...

C.C. – O auge parece que foi lá na UnB quando se criou um tribunal, como se dizia, racial.

L.S. – Sim, aquilo foi um exagero. Eu, na época, era, inclusive, coordenador da Comissão de Relações Étnicas e Raciais da ABA, a CRER. Fizemos uma nota dizendo que não era assim que se selecionava. Exigiria uma exatidão identitária que não existe.

C.C. – O Lula eleito, na primeira entrevista dele, alguém perguntou: “como que vai ser a coisa de cota?” Ele falou: “Os antropólogos que vão definir lá os critérios científicos de quem é negro”. Aí os antropólogos, na ABA...

L.S. – O trem da história, às vezes, também comporta besteira até mesmo por parte do Lula e outros. Foi um processo, tem sido um processo importante de incorporação. E te confesso que eu e muitos outros colegas estamos agora com medo do próximo futuro, pelo o que estamos vendo e lendo (espero que seja uma primeira fase de exagero e depois da qual venha um momento de negociação), a impressão de que todo esse esforço de inclusão, de incorporação possa ser desfeito. Por exemplo, quando cheguei a ser assessor internacional aqui da UFBA durante dois anos, criamos um projeto “Inglês para Todos”, porque tudo era para todos. Essa foi uma coisa interessante, isso significa que todo aluno de iniciação científica aqui tem a obrigatoriedade de ter, não digo proficiência, mas algum conhecimento básico da língua inglesa e que nós proporcionamos os meios. Você pode ser seletivo se você cria a oportunidade. Se o aluno não faz, perde a bolsa e é justo que perca. Mas tudo isso foi um esforço imenso para que isso fosse aceito pelos colegas. O *habitus* internacional é a coisa mais difícil de se criar. O *savoir-faire* internacional é coisa que vem de família ou pelo sangue azul ou pelo trânsito. Se você é de uma cidade provinciana como Salvador é complicado induzir curiosidade. O Pós-Afro, esse programa que eu ajudei a criar, tem feito um grande esforço para que se começasse a nutrir uma curiosidade horizontal e não apenas uma obsessão vertical com Orlando e tudo aquilo que está para o norte de Orlando. Mas como você induz isso? Na Europa, eu me lembro, em Amsterdam, era tradição dos meninos de boa família o *grand tour* pelo mundo afora começando de Londres. Era um epifenômeno da empreitada colonial. Aqui, que fomos colônia, não tivemos colônias, como você nutre essa curiosidade, como você explica para o aluno que a bolsa sanduíche é a chance de ele ir para o exterior e que seria mais interessante ser utilizada na Guiné-Bissau, na África do Sul do que em uma universidade no Texas? Pode argumentar com estes jovens que Austin é um lugar chato, mas ninguém acredita; quando vão, depois todo mundo acredita. E que Johannesburgo é infinitamente mais interessante. Entende? É um trabalho de indução necessário, mas difícil.

C.C. – Agora, Lívio, o tua volta aqui para Salvador depois de cinco ou seis anos no Rio, você voltou como professor Adjunto 1, você entrou na base, e tem agora quatorze, quinze anos quase de... Vai virar titular agora?

L.S. – Eu voltei em 2002. Formalmente, eu assumi em 20 de abril de 2002. Então, são quantos? Quatorze anos, não é?

C.C. – E agora vai virar titular?

L.S. – Se Deus quiser no dia 20 de julho.

C.C. – Como foi aqui na vida universitária? Você já era uma pessoa muito conhecida.

L.S. – Você sabe, quando se é muito conhecido, tem que entrar no sapatinho aqui na Bahia. Nem sempre eu fui capaz de fazer isso. Às vezes, me expus muito. Eu cheguei aqui com bons recursos da F. Ford.

C.C. – Como assim “entrar no sapatinho”, só para entender?

L.S. – Você chega aqui como estrangeiro, com um certo sotaque e chega, por exemplo, como eu cheguei, com recursos da Fundação Ford, ou com relativa facilidade de captar recursos da Capes, CNPq, é Finep. Aqui tem colegas, inclusive colegas sêniores, que devem ter pensado que eu conseguia apoio da Fundação Ford ou até da Capes, porque tinha amizade na Capes e no CNPq. Devia ter pessoas que estavam pensando: “Lívio está tirando os recursos que a gente poderia captar”. Se eles aplicassem isso podia em alguma medida fazer sentido, mas poucos colegas aqui se articulam para obter recursos para pesquisa. Se você observa as estatísticas das agências financiadoras repara que baiano é pouco pidão. É queixão, mas não pidão. Eu estou chefe de departamento agora e uma das coisas que tento fazer mais é induzir que eles apliquem, façam, encham o saco e aí você vai poder protestar. Se não te concedem nada, você pode dizer que o Nordeste está discriminado, com todo o meu apoio. Mas se você não pede... Então, não foi sempre fácil a adaptação. Eu tenho grandes amigos, mas tem sido muito mais fácil a interação com os alunos do que com os colegas. Às vezes, tenho me sentido um pouco sozinho. Tem me ajudado minha companheira Sueli...

C.C. – É cientista social ou não?

L.S. – Ela é assistente social e trabalha na Justiça Federal. Ela se formou em música e fez mestrado aqui, em “Estudos Étnicos e Africanos”.

C.C. – Não está no meio acadêmico?

L.S. – Não. Eu espero que ela volte, porque ela escreve muito bem, mas por enquanto está trabalhando na Justiça Federal. Mas o que eu estava dizendo?

C.C. – Você voltou e teve que entrar no sapatinho.

L.S. – Sim, porque fiquei escrevendo meu memorial e fiquei pensando, além da dermo-política, existe o fato dessa dificuldade da província em aceitar e trabalhar de forma inteligente as ideias que vem de fora. Aí, facilmente você é visto como estrondoso, o tipo da minha personalidade não ajuda. Primeiro tem um fato, um negócio é chegar como um britânico e outra coisa é como italiano. Bismarck dizia sempre: “italiano não é um povo, é uma profissão”. Entende? Não temos a reputação acadêmica. Podem dizer “é até inteligente, mas politicamente desonesto, desorganizado”. Ninguém pensa em um arquivo italiano, pensa em uma cozinha italiana. [riso]

C.C. – A Ciência Social italiana nunca foi conhecida no Brasil como a inglesa.

L.S. – Não, não temos a reputação.

C.C. – E ainda tem Lombroso que você está interessado...

L.S. – Os três italianos mais citados, agora são quatro com Umberto Eco: Lombroso, Mussolini, Gramsci e Umberto Eco. Agora começa a ter outros, Gianni Vattimo... Mas basicamente são estes. Estou te dizendo, por exemplo, se você chega como chegou Michel Agier com passaporte diplomático, ou Peter Fry com sua ótima formação britânica a situação é diferente... Os dois são meus amigos, saliento isso. Amigos de coração, os dois. Peter Fry que estudou com Mary Douglas... Você já vem com um capital diferente. Eu tive que recriar todo o meu capital aqui. Um pouco me ajudou o fato de ter me formado na Holanda, mas é diferente todo o estrangeiro mesmo. Os italianos aqui são muito mais associados à imigração, esse tipo de coisa, ou à aventura, desonestidade e mafia. Tem muito italiano desonesto, aqui na Bahia tem um bocado. Os padres são bons assim como são bons os muitos que são docentes na UFBA e UFRB.

C.C. – E agora você sendo titular, você pensa em continuar dando aula ou aposentar ou ir para outro lugar?

L.S. – O dia que eu morrer. Talvez até depois vou continuar trabalhando, não tenho nenhum plano de me aposentar.

C.C. – Mas aqui em Salvador? Você não está pensando em mudar...?

L.S. – Para quê? Para onde vou? Eu estive recentemente em Chicago Eu viajo muito. Ah, há uma frase que uso muito e irrita minha esposa: “o que me ajuda a tolerar a província é ter uma passagem internacional marcada”. Então, eu me sinto tranquilo e sereno na minha casinha quando eu tenho uma passagem internacional marcada, agora eu tenho duas passagens internacionais marcadas. Pela internet, pelos intercâmbios, editando livros... Estamos editando agora um livro em inglês interessantíssimo, *The Struggle For Memory, in Africa*. Por vezes penso que aqui em Salvador tem um trânsito infinitamente maior do que colegas que estão no Rio ou São Paulo.

C.C. – É, falar em centro e periferia, ou província, hoje em dia, no mundo virtual, é diferente do que era há trinta anos atrás, não é?

L.S. – Mas ainda existe uma relação de subalternidade entre centro e periferias. Quer dizer, o mundo virtual não é imune à aura que exalam os centros presenciais, digamos assim, entende?

C.C. – Mas de fato te da um acesso que não existia antes.

L.S. – Aqui já os meus inimigos são cordiais, para onde eu iria? Os Estados Unidos são uns chatos de você se dar um tiro. Quando eu vou aos Estados Unidos, eu adoro as bibliotecas, os arquivos e só. Os bares não prestam, os lugares não prestam. Eu tenho alguns raros amigos. Eu tive, recentemente, três semanas fazendo pesquisa nos arquivos na Northwestern, Universidade de Chicago e Ohio State. É maravilhoso fazer pesquisa lá, mas a vida social eu não aguento, não existe. Eu não consigo pensar em uma ágora sem polis, mesmo que seja uma polis minguada, uma polis capenga, mas há que se ter uma polis. Uma ágora, onde se fala uma língua que não é inteligível na saída dos muros da universidade, me angustia. Estive

uma vez em Binghamton, no Fernand Braudel Center com Wallerstein, superinteressante. Uma tarde sai e na porta da universidade tem um cara com umas suásticas no carro estacionado e não se pode fazer nada, é um *free country*. *Free country*... Suásticas? Desculpa, esse tipo de coisa eu não tenho estrutura mental.

C.C. – Agora, só voltando às origens e a uma coisa que você mencionou que agora você sente muito mais vontade e necessidade de ir à Itália, de visitar a família.

L.S. – Sim, mas isso é senilidade precoce. Meu pai velho...

C.C. – Podia ter vontade de se aposentar e morar em Palermo de novo ou em Roma.

L.S. – Se tivesse em emprego podia até cogitar, porque se come muito bem na Itália, o clima é ótimo, as pessoas dão risada de uma forma que eu gosto. Mas não tem ambiente acadêmico. Tive recentemente, um ano, na Universidade de Pádua, com uma bolsa estágio pós-doutoral sênior da Capes, muito boa por sinal, foi uma experiência muito boa. Essa experiência na Itália depois de trinta e cinco anos foi uma viagem proustiana à procura do tempo perdido. Estou escrevendo um livro sobre o Lombroso na América Latina chamado *A Galáxia Lombroso*, em italiano, que em si já é voltar a ideia de língua mãe, uma mãe traidora. Depois vou ter que vitimizar um amigo para corrigir meu italiano escrito.

C.C. – E como o Lombroso apareceu agora?

L.S. – Bom, tem toda uma série de coisas interessantes acerca de Lombroso.

C.C. – Evidentemente, ele era usado por Nina Rodrigues, esse pessoal todo. Mas Lombroso era mais...

L.S. – Exato, Lombroso era um daqueles autores como Gobineau, como Darwin que todo mundo cita e ninguém lê. Então, quando eu comecei a ler o Lombroso eu me dei conta que não tinha nada a ver com Gobineau e tão pouco com Darwin, mas que era um tipo interessantíssimo, socialista, judeu de pai e mãe, espírita, anti-colonialista, pró-miscigenação. Era um racista muito *sui generis*, entende? E depois é muito interessante a fisiognômica e porquê a fisiognômica se tornou tão importante nas relações raciais latino-americanas, e até na sensibilidade etnográfica que pesquisa as relações raciais latino-americana. Fernando Ortiz, Nina Rodrigues e José Ingenieros publicaram o primeiro livro com prefácio de Lombroso. As Ciências Sociais e a percepção do afro-cubano, afro-brasileiro ou do imigrante bonaerense foram feitos sobre a égide de Lombroso. Na minha próxima pesquisa, pela qual é ganhei recursos da Fapesb, que espero realmente cheguem, pretendo ampliar minha pesquisa a Cuba e Argentina.

C.C. – O Lombroso que deu a cara do afro-brasileiro. A cara no sentido literal do termo.

L.S. – Sim, sim. Eu vou tentar reconstruir a rede que existia em toda a América Latina... Eu já estou fazendo isso em um livro que vou publicar, mas futuramente eu vou me ampliar à Cuba, Buenos Aires. Porque havia essa rede muito grande de trânsito, onde havia alguns grandes centros no Brasil que eram importantes: as Faculdades de Direito de São Paulo e do

Recife, e a Escola de Medicina daqui. Se quiser te dou um texto a respeito, isso aqui vai tomar muito tempo. Mas entre a minha chegada na UFBA em 2002 e agora eu fiz bastante coisas além de publicar: continuei a Fábrica de Ideias, que se tornou um programa anual, um curso avançado. Chegamos a ter recursos da Capes regularmente. Tentamos configurar, nunca conseguimos, como Escola de Altos Estudos, mas é um projeto que funciona mesmo sem isso. Esse ano a Fábrica de Ideias vai ser em São Luís do Maranhão, porque o governo do Maranhão nos apoia. É caro ir para o Maranhão. Vão ser cinquenta alunos, dos quais, quinze maranhenses e trinta e cinco do resto do Brasil e o tema vai ser “Desigualdade, Patrimônio e Políticas Culturais”.

C.C. – Tecnologia e Política do Patrimônio. Você também está envolvido no projeto lá do Museu Digital, não é?

L.S. – Exato, além da Fábrica de Ideias, surgiram duas vertentes de pesquisa importante. Uma associada muito a necessidade de produzir munção para o Pós-Afro, que pesquisa no próprio continente africano, tentativas de intercâmbio, transferência de conhecimento no contexto africano em crescimento como o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Cabo Verde. Tentar criar um primeiro mestrado em Ciências Sociais e Humanas na Guiné-Bissau é parte disso. A outra vertente tem sido a criação de uma rede que até agora une cinco estações do Museu Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira - um instrumento de reflexão sobre o patrimônio e a preservação do patrimônio.

C.C. – Tem presença desses países, das ex-colônias portuguesas aqui em Salvador?

L.S. – Tem, tem. Ontem tivemos, inclusive um debate sobre esta presença.

C.C. – Porque, assim, no Rio você tem cabo-verdianos, angolanos, muitos alunos.

L.S. – Claro, claro. Aqui temos no nosso curso, no nosso programa temos alunos angolanos e guineense por enquanto, mas já tivemos cabo-verdianos. E temos um professor cabo-verdiano, Claudio Furtado, e uma professora guineense, Patricia Gomes. Esse é um lugar, em Salvador, bastante internacional. Ontem tivemos aqui vários, porque tivemos uma celebração da revolta dos Malês com a comunidade islâmica de Salvador, até nove e meia da noite. Muito interessante. Descobrimos que dos quinhentos muçulmanos de Salvador, noventa por cento são brasileiros natos e que pertencem, em sua maioria a confrarias Sufi. O que estava dizendo? Tem toda essa vertente africana. Eu tenho pesquisado, em Cabo Verde, política do patrimônio com relação à escravidão. Eu fiz uma pesquisa etnográfica em três feiras africanas em Dakar, Bissau e Praia em Cabo Verde, com um artigo publicado recentemente. Feiras e globalização. Essa parte africana tem me sensibilizado. E depois tenho me apaixonado pela biografia de Eduardo Mondlane. Eu publiquei na *Vibrant* a respeito e agora estou transformando aquilo em um livro. Eu me tornei, de fato, um pouco o biógrafo de Mondlane, não porque eu quero, mas porque a família agora me bombardeou isso. No contexto de Moçambique agora tem uma guerra de memória forte. Isso está me tomando. Estou com dois projetos de livro.

C.C. – Você tinha já conhecido a entrevista que fizemos com Janet Mondlane.

L.S. – A Janet. Eu conheci ela pessoalmente e conheço a entrevista. Uma entrevista muito peculiar, diferente, pouco linear. O que estava dizendo? Então, estou escrevendo dois livros: um sobre Eduardo Mondlane e as Ciências Sociais em inglês e esse sobre a Galáxia Lombroso e América Latina em italiano, que depois vou verter para o português e para o inglês. E estamos publicando um livro coletivo, eu e Claudio Furtado, chamado *The Struggle for Memory in Africa*, um livro que vou fazer em inglês e português, celebrando os cinquenta anos de independência da África, tratando das lutas de memória em torno de museus, pais da pátria, artefatos, túmulos dos heróis que têm em vários países africanos. Por enquanto, essas são as atividades internacionais. Não faltam propostas para fazer mais coisa, mas acho que dois livros e mais uma coletânea por enquanto é suficiente.

C.C. – Está cheio de planos no momento.

L.S. – Além do fato que eu continuo a dar aulas. Agora em novembro eu vou para a Universidade de Bayreuth na Alemanha, já estive lá, um Centro de Estudos Africanos. Diria que o mais florido financeiramente agora está na Alemanha. Tudo está na Alemanha hoje em dia. A Holanda minguou, a Alemanha surgiu. Muitos colegas holandeses estão aplicando na Alemanha. Eu falo alemão também, é muito próximo do holandês. Estamos tentando, por meio da Fundação Volkswagen, pedir uma bolsa para mais três anos de Fábrica de Ideias para transformar em um curso itinerante que seria o primeiro ano aqui, segundo ano em Bayreuth, terceiro ano em Maputo. Tem que ter recurso. Se os alemães nos derem recursos, felicidade. Então, eles me chamaram para isso. Temos um projeto com os Estados Unidos, quando estive há pouco na Northwestern, propus um projeto de criação de um portal interativo sobre a figura de Mondlane, obviamente abrigado em nosso Museu Digital interativo...

C.C. – Eles têm uma coleção africana, não é?

L.S. – Muito boa. A Melville Herskovits *African Library*. É lá que eu fiquei, a convite deles, porque hoje em dia, como já foi antes, pela falta de recursos nacionais, é preciso receber convites de colegas americanos para poder viajar para os Estados Unidos. O fato de eu falar inglês e poder ministrar aulas e conferências em inglês me ajudou. Voltei a ter que ser financiado pelo ianque dólar. Neste momento difícil em termo de recursos não podemos pagar nenhuma passagem internacional e nem nada. Essa é uma relação que, de fato, vai voltar a ser uma relação dolorida com os Estados Unidos, não é? Porque uma coisa é ir com dinheiro seu, outra é ir com o dinheiro deles. Quem paga, manda, entende? Você não cospe no prato de sopa que te ofereceram. Quem vai falar mal dos Estados Unidos com eles pagando as diárias, o hotel e as passagens? Mas estive lá recente e propus a eles uma plataforma interativa em torno do caso do Eduardo Mondlane, que morou treze anos nos Estados Unidos, foi docente e tudo, para pensarmos em construção de biografias por meio de curadorias coletivas e uma plataforma online para leitura múltipla de documentos e curadoria coletiva de documentos, onde a biografia deixa de ser uma forma de onanismo intelectual pelo qual você se torna a alma do finado e acompanha, se torna um especialista de outro ser humano. Uma coisa mortífera. A ideia é pensar em uma abordagem interdisciplinar, multifacetada sobre a biografia de pessoas, como Mondlane, sobre os quais têm arquivos em russo, chinês, em inglês, em português. Tem muita coisa. Para ser interpretado tem que ser lido por diferentes contextos. Se eles toparem... Fazer negócio com os americanos é difícil, porque eles querem direitos autorais, copyright, toda vez que se elabora uma plataforma, nada ou pouco de

domínio público. Vamos ver. Eles têm recursos para isso, eles estão investindo muito nesses projetos. A ideia, pelo Museu digital, de explorar um pouco aquilo que chamamos de generosidade digital. Já estamos em um mundo que me angustia pelo fato de publicarmos muito mais livros do que antes, mas a arqueologia desses livros fica impossível, porque tudo é digital, some. Dizem que o Pentágono tem isso, mas nós, como mortais, não temos como fazer a reconstrução. O trabalho que estou fazendo com a correspondência de Melville Herskovits, sobre sua vinda para o Brasil hoje ainda é possível... Eu estive recentemente no National Anthropological Archive do Smithsonian, para pesquisar os *Marvin Harris Papers*, outra pessoa interessante que tive o prazer de conhecer aqui em Salvador. Marvin Harris escrevia para caramba, o cara era louco por cartas. Ora, sobre seus últimos anos, que correspondem á difusão do correio eletrônico, já não temos quase mais nada em papel, só comprovante de contas a pagar.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

L.S. – Por um lado temos esse mundo cheio de livros, mas cuja história social é difícil de traçar. Por outro lado, a internet permite pensar em intercambiar listas de perguntas, contatos. Os próprios entrevistados querem se mostrar muito mais do que antes, porque já se acostumaram ao Facebook. Não há mais intimidade, a não ser aquela revelada. Vale a pena atinar para isso, eu estou preocupado com a história das Ciências Sociais no mundo digital, o que será no futuro. Devia te preocupar também por sinal.

C.C. – Estou preocupadíssimo. Esse projeto tem a ver com isso. [riso]

L.S. – Mas como nós podemos fazer para que se mantenha algum tipo de arqueologia do saber, entende? Acho que, talvez, o fato de manter essas coisas gravadas em algum lugar, de alguma forma, possa permiti-lo... E depois criar a cultura do compartilhar.

C.C. – A questão chave não é só colocar na internet e dar acesso, é como manter ao longo do tempo isso. Essa é uma grande dificuldade.

L.S. – Garantir a continuidade do suporte. Ha um debate grandíssimo a respeito.

C.C. – Tudo, o acesso. Muitos links que você vai visitar não existem mais, não funcionam mais.

L.S. – No Museu Digital nós fazemos escolhas como funcionar com software livre. Demoramos muito tempo para compatibilizar este software, mas finalmente funcionamos dentro do repositório digital da UFBA, que faz parte da Rede Nacional de Pesquisa, para manter a continuidade. Entramos na rede da memória virtual da Biblioteca Nacional. Nós queremos induzir a doação digital de documentos. Nos antropólogos, os cientistas sociais, temos que aprender a doar em vida, porque nós somos ótimos em doar quando morremos. Nossas viúvas se desfazem de tudo doando. Nos Estados Unidos, quando você começa a ter câncer, eles começam a te fazer muitas visitas em casa, não é? Tem funcionário do Smithsonian especializado nisso... Aqui, no Brasil, a memória da antropologia brasileira é diminuta, tem uma pequena coisa no Museu Nacional, tem um Museu da Ciência, mas é

quase nada. O que você está fazendo é louvável, mas tentarmos trabalhar com memória dos antropólogos mais velhos, mas ainda em vida já ajudaria muito.

C.C. – Bom, Lívio, não quero te ocupar mais. Teu concurso titular vai ser quando?

L.S. – Doze de julho *inshalá*. Acho que vou conseguir preparar toda a documentação para aquelas datas com as férias no meio. Hoje em dia, com todo respeito, quem é que não se torna titular? [riso] O socialismo do titular. Antigamente era uma coisa muito mais complexa, hoje é a última promoção da carreira. Claro, há que se ter alguma produtividade, mas não é um grande ato de coragem.

C.C. – Bom, mas para quem voltou como adjunto 1 é muito importante...

L.S. – Sim. Ganha um prêmio de resistência pela perseverança e disciplina. Eu tentei fazer coisas interessantes. Estou cheio de vontades de continuar a inovar e inventar coisas. Gostaria que essas invenções fossem mais coletivas. Começo a pensar menos e menos que a melhor parte da nossa inteligência se efetiva sozinhos. Começo a pensar que a inteligência precisa de diálogo.

C.C. – Está ótimo. Bom, obrigadíssimo.

L.S. – Deu para o gasto?

[FIM DO DEPOIMENTO]